

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

**22^a REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA
BRASÍLIA, 16 A 19 DE JULHO DE 2000**

**SIMPÓSIO 07:
NACIONALISMO (OU NACIONALIDADES), CULTURA E CIDADANIA**

**Coordenador:
Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB)**

Tendo como referência as demandas de reconhecimento articuladas por minorias étnico-nacionais nos últimos anos, o simpósio pretende explorar as relações entre direitos ou concepções de cidadania e identidades étnico-nacionais. Se, por um lado, estas demandas têm encontrado a resistência do discurso liberal dominante nas democracias modernas, na medida em que são percebidas como uma ameaça aos direitos individuais, por outro lado, as respostas que têm sido dadas às respectivas demandas têm se mostrado insatisfatórias tanto do ponto de vista político, como no que diz respeito a compreensão dos problemas em jogo. A própria persistência quando não o agravamento dos problemas que motivaram estas demandas, ou que são impulsionados por elas, sugere a precariedade das tentativas realizadas para equacioná-las no plano político. Entretanto, a oposição conceptual entre direitos individuais e direitos coletivos, no centro do debate, também revela dificuldades similares no plano cognitivo. Dificuldades estas substancialmente agravadas pela separação radical entre direitos e valores que, freqüentemente, acompanha a discussão sobre cidadania no âmbito das unidades políticas onde as demandas de reconhecimento são esboçadas.

Neste contexto, ao enfatizar a importância da identidade (étnico-nacional) para o campo da cidadania, as noções de nação e de nacionalidade negam a legitimidade da separação entre direitos e valores, e impõem um reequacionamento do problema. Isto é, a tematização da identidade traz à luz a dimensão *local* da cidadania, e assinala a relevância de sua articulação com as visões de mundo ou formas de vida específicas que lhe dão sentido. Pois é exatamente esta relação entre direitos universais (ou universalizáveis) e identidades ou visões de mundo singulares que o presente simpósio pretende abordar de maneira comparativa. Assim, a retórica política da cidadania (Jeudy) e as demandas de reconhecimento ou de afirmação de direitos no Quebec (Bariteau), na Albânia (Pandolfi) e na Itália (Lanoue) serão discutidas ao lado de manifestações do mesmo fenômeno no contexto da Comunidade Européia (Abélès).

DIREITOS COLETIVOS E A SOBERANIA DO QUEBEC.

Claude Bariteau (Laval/Quebec)

O “repatriamento” e as modificações da Constituição Canadense em 1982 foram feitos sem o aval da Assembléia Nacional do Quebec. Em seguida, dois projetos de emenda constitucional (Meech e Charlottetown) não tiveram sucesso. Desde então o impasse tem sido um foco de tensões. O governo canadense persegue suas políticas de construção nacional, e o do Quebec faz valer as reivindicações da província, com as seguintes consequências: 1) a implementação, pelo governo canadense, de campanhas publicitárias dirigidas aos quebequenses; e, 2) o ressurgimento da idéia de soberania, associada agora a uma concepção acima de tudo política da nação quebequense, e a um questionamento da parceria com o Canadá.

DEFINIÇÕES DO *SELF*, DA CIDADANIA E DO ESTADO NA ITÁLIA CONTEMPORÂNEA.

Guy Lanoue (Universidade de Montreal/Quebec)

Pretendo explorar as definições de cidadania e de direitos individuais no contexto italiano, argumentando que o cerne do problema da reconciliação entre definições de cidadania e definições do *self* não está na persistência da chamada tradição (família, patronagem, clientelismo, corrupção e etc) política italiana, mas na falta de habilidade do Estado em dar conteúdo significativo às definições de cidadania. O Estado se apropriou da retórica da moralidade individual, transformando a noção de cidadania num espaço retórico ritual no qual os direitos são precariamente definidos porque este espaço é desprovido de referenciais semióticos para as identidades locais.

NACIONALISMOS, POLÍTICAS DE MEMÓRIA, E A IDÉIA DE SOBERANIA NA ALBÂNIA PÓS-COMUNISTA.

Mariella Pandolfi (Universidade de Montreal/Quebec)

Em sua singularidade política, a Albânia aparece como a última fronteira para uma Europa “racionalizada”, que penetra seu território através de uma coalizão surpreendente: missões militares, agências das Nações Unidas, OTAN, a Comunidade Européia, e ONGs de toda sorte. Neste processo, os atores se unem em torno do ideal de construção de um Estado pós-comunista. Em busca da utopia pós-socialista emerge uma retórica que descreve os Balkans como uma anomalia histórica, como as Índias Européias, ou como um território virgem, esperando para ser evangelizado por um neo-liberalismo *soft*, distinto de sua versão *hard*, a qual se aproximaria do neo-colonialismo.